

● ENTREVISTA

“MAIS DE 75% DOS ABUSADORES SÃO MEMBROS DA FAMÍLIA DA VÍTIMA OU CONHECIDOS”

Catarina Costa, coordenadora da APF-Madeira



TEMÁTICAS PODEM SER ASSUNTOS QUE, AINDA HOJE, SÃO “TABU” NA NOSSA SOCIEDADE

TÂNIA COVA
tcova@dnoticias.pt

A coordenadora da delegação regional da Associação para o Planeamento da Família, Catarina Costa, explica que algumas temáticas em que actuam podem ser assuntos que, ainda hoje, “são tabus na sociedade”, nomeadamente a vivência da sexualidade.

Em Março, a APF – Madeira promove o Curso de Intervenção em Abuso Sexual de Crianças e Jovens. “Torna-se cada vez mais premente falar desta realidade”.

A delegação regional tem procurado ainda sensibilizar para a temática do tráfico de seres humanos. “É um grande desafio, pois é uma realidade (in)visível”.

A Associação para o Planeamento da Família actua na Região Autónoma da Madeira desde 2002. Quais os principais objectivos e público-alvo? Na Madeira, a delegação surge em 2002, no entanto a Associação para o Planeamento da Família (APF) a nível Nacional existe desde 1967. Cada delegação desenvolve projectos de acordo com as especificidades da região, existindo 6 delegações. A nossa intervenção centra-se nos direitos hu-

A delegação regional tem procurado ainda sensibilizar para a temática do tráfico de seres humanos. FOTOS RUI SILVA/ASPRESS

manos fundamentais que afectem pessoas e/ou populações em situação de vulnerabilidade. Temos uma intervenção directa e de proximidade junto da população em geral, disponibilizamos formação com o intuito de capacitar os profissionais, designadamente através das seguintes respostas ou serviços: concessão de bens, prestação de serviços, projectos de intervenção comunitária; acções de educação e formação, dirigidas à população em geral ou a públicos específicos; serviço de consultas e de consultoria; apoio técnico; campanhas de sensibilização; produção e disseminação de conhecimento técnico e científico; ‘advocacy’ e contribuição para a produção de legislação e desenvolvimento de políticas públicas; cooperação com os organismos oficiais relacionados com os objectivos da APF e com organizações nacionais e internacionais e similares.

Há desafios sociais acrescidos quando se trata destas temáticas? Podemos afirmar que algumas temáticas em que actuamos podem ser assuntos que, ainda hoje, são “tabu” na nossa sociedade nomeadamente, a vivência da sexualidade. Neste campo tem que existir sempre uma adaptação ao contexto e uma desconstrução de conceitos. No entanto existem muitos outros, designadamente, saúde sexual e reprodutiva, educação sexual, planeamento familiar, trabalho sexual, igualdade de género, orientação e diversidade sexual e identidade de género, migrações e minorias, mutilação genital feminina, casamentos infantis precoces e forçados, pobreza e exclusão social e tráfico de seres humanos. Gostaria de salientar que relativamente ao tráfico de seres humanos, desde 2018, procuramos sensibilizar na Região da Madeira, para este fenómeno. Podemos também referir que é um grande desafio, pois é uma realidade (in)visível, face à qual ainda existe um longo percurso de sensibilização, formação e respostas, o que já acontece em território Nacional, onde as equipas da APF já têm uma intervenção e resposta estruturada desde 2014.

Qual a realidade das pessoas que mais regularmente vos procuram? Existe uma diversidade na procura dos nossos serviços, desde profissio-

manas que procuram formação à população em geral que podem integrar os projectos que desenvolvemos, maioritariamente em contexto social.

Existem projectos direccionados para crianças, outros para jovens e outros para seniores, não existindo um público específico, existem sim alguns grupos mais vulneráveis.

Procuramos sempre ir ao encontro da população e interessa-nos chegar aos jovens, para tal desenvolvemos campanhas junto deste público, nomeadamente em Escolas, Universidades, centros comunitários, com o intuito de prevenir comportamentos de risco, facultando recursos aos mesmos. Importa salientar que todas as delegações da APF têm um grupo de jovens que são voluntários e desenvolvem actividades junto dos mais novos, sendo esta uma resposta positiva e de proximidade com este público.

E ao nível do sistema de ensino... Estamos a dar os passos certos na sensibilização para a educação sexual, violência de género, entre outras? Parecemos que existiu uma grande evolução, todavia ainda existe um longo percurso, sendo este pautado pela necessidade de adaptar a realidade e as necessidades deste público.

Nos dias de hoje, existe uma natureza obrigatória em abordar a educação sexual nas escolas. A lei prevê que cada criança e jovem tenha um mínimo de horas de educação sexual em cada ano de escolaridade – 6 horas nos 1.º e 2.º ciclos e 12 horas no 3.º ciclo e ensino secundário. Sendo assim obrigatória a existência de horas para abordar esta temática. É cientificamente sabido que a introdução a longo prazo de programas nacionais para a educação sexual conduz à redução dos números de gravidez na adolescência, da transmissão das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s) e abortos nas pessoas de idades entre os 15 e os 24 anos (OMIS, 2016).

Apesar de hoje, cada vez mais, estes assuntos serem abordados nas escolas, existem receios, barreiras face a como e por quem esta temática é abordada. Naturalmente, se um aluno vê um professor como uma figura de autoridade, existirá algum receio em falar com o mesmo acerca deste assunto, que é uma vivência íntima muito pessoal. Assim, pro-

ABORDAR A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS JÁ É PARTE OBRIGATÓRIA

SEM ESTA INTERAJUDA, ENTRE AS ENTIDADES, O TRABALHO DA APF NÃO SERIA POSSÍVEL

SEMPRE QUE EXISTA UMA ABERTURA MAIOR POR PARTE DAS ESCOLAS, EM CONVIVAR PROFissionais QUE POSSAM ABRILHAR ESTES ASSUNTOS, NUM FORMATO INFORMAL PARA QUE AS DÚVIDAS, MITOS, SEJAM DESCONSTRUÍDOS E DIALOGADOS.

Em Março, a APF – Madeira promove o Curso de Intervenção em Abuso Sexual de Crianças e Jovens. Infelizmente, torna-se cada vez mais premente falar desta realidade. O que se pretende com esta formação certificada? Esta é a terceira vez que promovemos este curso na Madeira e a adesão dos profissionais é significativa, demonstrando o seu interesse, necessidade e sensibilidade para esta temática.

Ao longo dos últimos anos, o abuso sexual de crianças e adolescentes tem revelado uma elevada prevalência no mundo e a nível nacional, sendo considerado como um dos maiores problemas de saúde pública.

O abuso sexual, é entendido, como uma das maiores ameaças ao bem-estar e segurança das crianças e jovens. O mesmo considera-se, como uma forma de mau-trato físico e psicológico, constituindo um evento traumático com grande impacto negativo, a curto, médio e longo-prazos, para as vítimas, bem como, para a família e comunidade. Através desta formação pretende-

se preparar mais profissionais para que os mesmos sejam capazes de saber como actuar, sinalizar e intervir nestes casos. A prevenção primária do abuso sexual torna-se fundamental de forma a diminuir a sua incidência.

Uma temática que deve ser abordada também junto das famílias? Sabemos que entre 75% a 85% dos abusadores/as são membros da família da vítima ou conhecidos/as desta. São actos cometidos por pessoas que fazem parte das suas redes sociais próximas. Sim, falar sobre este tema junto da família assume real importância e impacto.

A par desta, que outras iniciativas tem a associação previstas? Em Março estaremos em três estabelecimentos de Ensino Superior com a campanha #Descomplica# dirigida aos estudantes universitários. Também estão previstas duas formações para profissionais de saúde (médicos), formação para os profissionais no âmbito do Tráfico de Seres Humanos, bem como, promovemos organizar um evento científico.

A semelhança dos anos anteriores, iremos continuar a intervir junto da comunidade através do Gabinete de Saúde Comunitária, Projecto 100 Riscos, etc. Mantemos as actividades noutros projectos, nos quais somos parceiros, e procuramos responder às solicitações de entidades públicas e privadas.

As parcerias com outras entidades (públicas e/ou privadas) são importantes para a prossecução dos vossos projectos? Sim, as parcerias são importantes, na verdade, o trabalho em parceria enriquece qualquer intervenção e só em parceria conseguimos chegar às verdadeiras necessidades, especialmente quando trabalhamos com públicos que apresentam vulnerabilidades. A APF, enquanto IPSS-Saúde tem parceria com diversas entidades, algumas públicas outras privadas, algumas estabelecemos no fornecimento de materiais, face às necessidades da comunidade, como também, financiamento de projectos. Ou seja, independentemente do tipo e dimensão da parceria, é de referir que, a “mais pequena parceria”, têm grande impacto em todo o trabalho que desenvolvemos. Sem esta interajuda, entre as entidades, o trabalho da APF não seria possível, conseguível.

